

PSICOLOGIA AMBIENTAL E POLÍTICA AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Lineu Castello¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para o autor, a Psicologia Ambiental pode contribuir para a definição e concretização de uma Política Ambiental, ajudando a emitir objetivos contextualizados e estimulando a participação comunitária. O conhecimento por ela propiciado abre possibilidades para que a construção do futuro se dê de forma a acolher tanto a estabilidade quanto a diversidade. A Psicologia Ambiental deve se desenvolver de modo a se tornar mais pragmática e conceitos teóricos devem ser encorajados como o de lugar.

Descritores: Psicologia ambiental. Política ambiental. Planejamento ambiental. Arquitetura. Urbanização.

Psicologia Ambiental e Política Ambiental

Como a Psicologia Ambiental pode contribuir para a definição e concretização de uma Política Ambiental?

Ajudando a emitir objetivos contextualizados

1 Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e pesquisador do PROPAR - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diretor da Organização *Urbanismo & Arquitetura*. Endereço eletrônico: lincastello@terra.com.br

Acredito que a Psicologia pode ajudar na formulação dos *objetivos* de uma Política Ambiental, principalmente pela força de que dispõe para que sua definição seja feita de forma contextualizada. Definir objetivos de acordo com o contexto - com as características ambientais - parece-me fundamental. A correta definição de objetivos é um passo verdadeiramente crucial no processo de desenvolvimento do ambiente.

Recorde-se que, por *Ambiente*, entende-se aqui o *todo*, o conjunto das manifestações da vida no planeta: o homem e a biosfera e o homem na biosfera. Apoio a noção de que não se distingue um meio ambiente humano e um meio ambiente físico a comporem a biosfera. O ser humano e a biosfera configuram uma unidade, um ambiente único, que é o Ambiente que nos explica no Universo. Fazemos parte de um ambiente constituído por componentes indissociáveis: *meio* natural, *meio* cultural, mas inteiro como Ambiente, como um só *locus* para a vida da Humanidade.

Como brasileiro e como arquiteto, interessam-me mais de perto os problemas relativos ao ambiente construído. Isto é perfeitamente compreensível. Só aqui no Brasil, hoje, mais de 80% da população total do país vive em ambiente urbano, vive em ambientes construídos. E os arquitetos, não raras vezes, abordam o ambiente construído como uma coisa estática, inerte, física, meramente formal. No entanto, é a *existência humana* no ambiente construído a fonte maior das preocupações dos arquitetos (ou de alguns arquitetos). A corrente de Arquitetura e Urbanismo que eu apoio entende que a cidade (o ambiente) compreende *fatos físicos* (os espaços arquitetônicos, os espaços naturais modificados), e *fatos comportamentais* (o uso que os indivíduos fazem desses espaços, o apego e o afeto que esses indivíduos têm em relação a esses espaços). Há, na cidade, então, um espaço topológico, ao qual se integra um espaço psicológico. O espaço topológico é mensurável e apresenta características que podem ser captadas com objetividade e descritas, morfológica e funcionalmente. E uma operação seletiva e interpretativa, feita por nossa percepção sobre o espaço topológico, define o espaço psicológico.

Recorde-se, também, que uma Política Ambiental contempla um conjunto de ações que visam a um desenvolvimento sustentável de um determinado ambiente.

Já que eu estou nesses “*recorde-se*”, deixem-me trazer mais outra dessas recordações, que acho que se impõe. Vamos nos recordar: *Por que estamos aqui hoje? O que estamos tentando fazer aqui?*

Bem, estamos tentando unir as visões de duas áreas do conhecimento que se interessam muito de perto pela nossa vida na Terra, nesta nossa grande *casa*, a Terra. Uns querem *organizar* a casa para essa vida poder se processar com maior eficácia. E outros querem *organizar* as oportunidades de realização dessa vida, para morar melhor na casa - para se viver melhor nessa casa.

Claro, estou sendo propositada e exageradamente metafórico, ao contrapor assim tão simplificadamente as funções de arquitetos e de psicólogos. Mas, mesmo assim, isto nos ajuda a recordar que esta tentativa de intersecção que estamos ensaiando aqui, absolutamente não é gratuita. É, isto sim, absolutamente necessária, pois nós somos aqueles que se preocupam muitíssimo com as *condições da existência* humana no planeta, tanto materiais, objetivas, como subjetivas. Sabemos reconhecer que estamos frente a severos problemas ambientais que interferem nas condições da existência humana no planeta. Mas, felizmente, tentamos focar as nossas preocupações sobre os problemas ambientais *de uma forma abrangente* - eu poderia até arriscar, de uma forma holística - de uma maneira em que aquilo que é tradicionalmente conhecido como ‘problemas ambientais’, não se contente a envolver exclusivamente a preocupação com as mudanças físico-ambientais que ocorrem no mundo. Já é mais do que tempo de se incluir no escopo dos chamados ‘problemas ambientais’ as preocupações que, com bases subjetivas, ressaltam também mudanças psico-ambientais, igualmente responsáveis por densas e profundas alterações na qualidade de vida dos cidadãos. Manter os elementos responsáveis pela atribuição de significados a um espaço urbano, por exemplo, em áreas onde a identidade urbana já esteja consolidada, é

uma estratégia essencial na busca e na realização da *sustentabilidade* (uma sustentabilidade psicológica) de uma determinada sociedade.

Saber definir quais os objetivos mais condizentes com essas metas é uma tarefa decisiva. E que vai além, sim, de se medir tão somente o tamanho do buraco de ozônio na atmosfera.

Estimulando a participação comunitária

Vimos que a Psicologia Ambiental é importante para a definição dos objetivos da Política Ambiental porque busca identifica-los a partir daquilo que as comunidades envolvidas percebem a respeito das condições apresentadas por seu ambiente. Parte-se, então, de informações fortemente calcadas na percepção do ambiente, informações que expressam o que os usuários percebem como sendo os *valores* contidos no ambiente (compreendendo-se aí tanto a percepção de atributos positivos como de condições negativas).

Isso certamente pode ajudar na *concretização* das ações propostas por meio de uma Política Ambiental, porque elas estarão incluindo valores extraídos do próprio contexto onde vai se tentar implementar as ações. Mas como averiguar quais são os valores de um determinado contexto? Procurando respostas no próprio contexto onde se vai atuar: procedendo a uma contextualização da análise do ambiente onde se vai atuar (estou adotando intencionalmente a ótica do planejador).

Foi precisamente dentro de um paradigma assim definido, que desenvolvemos alguns trabalhos pioneiros de pesquisa urbana em minha Universidade, em Porto Alegre, nos anos 1980s, junto ao Programa MAB da UNESCO. Lamentavelmente, não posso desenvolver a respeito dessas pesquisas aqui. Mas posso resumir que, através de uma metodologia particular de análise ambiental, nos esforçamos para conseguir desvelar valores conhecidos só pelos usuários da área pesquisada - no caso, o Centro antigo de Porto Alegre - e que facilmente passariam “despercebidos” dentro de uma análise técnica tradicional. E, muitas vezes, são precisamente esses valores aqueles que conferem identidade a um lugar, que identificam o morador

com sua área, que trazem *anima* a um espaço físico inanimado, que animam um lugar. Os arquitetos (deveriam, pelo menos) desenham espaços onde vai ocorrer a vida. Os espaços urbanos, então, não são meramente espaços inanimados: são obras humanas. Repletas de elementos tectônicos de forte conteúdo simbólico. Nas nossas pesquisas buscou-se identificar um *repertório de elementos*. Para isto, usou-se três tipos de entradas: identificação de elementos a partir de uma análise estrutural; de uma análise perceptual; e de uma análise experiencial.

A análise estrutural é eminentemente técnica, e examina a estrutura da área central desde um ponto de vista morfológico-funcional. Através dela se conhece os principais elementos estruturadores do centro da cidade, desde seus principais elementos tectônicos, monumentais ou não, até os elementos mais simples a integrar a escala cotidiana. Registram-se, assim, os atributos (ou anomalias) da paisagem urbana. A análise permite descrever os *padrões* espaciais encontrados, padrões esses, que traduzem a maneira da apropriação dos espaços e das atividades realizadas pela população.

O segundo *input* é o da análise perceptual, cognitiva, que empregou a técnica de mapas mentais. A esse respeito, já foi observado por um autor que o espaço urbano é constituído por um conjunto incontável de mensagens tipo: “A quem interessar possa”. A técnica de mapas mentais vem se revelando como instrumento bastante útil para selecionar quais dessas ‘mensagens’ são recebidas ou percebidas com mais veemência. Ou seja, quais mensagens serão retiradas do baú de memórias que é a mente humana, quando esta é solicitada a representar a forma urbana.

A terceira entrada é a da análise experiencial (utilitário-fruitiva) . Entra-se aqui no universo dos intangíveis. Empregou-se, novamente, técnicas de percepção ambiental: questionários-abertos e testes projetivos. Os elementos detectados através dessa análise, não são apenas visuais: o repertório de elementos se completa pela inclusão de elementos “invisíveis”, sensoriais, perceptíveis ao nível das sensações que proporcionam. Amplia-se o que foi obtido com as outras duas linhas, abrindo-se caminho para a percepção direta da qualidade do ambiente urbano, assim como a sentem seus usuários.

Ainda outra questão importante a assinalar é a que se refere a *attitudes* da população frente a *decisões* que afetam a área central. Isso está relacionado com outro nível de percepção, isto é, a percepção que os usuários possuem a respeito de seu potencial de participar em decisões sobre seu ambiente mais coletivo. Pois deste potencial, desta vontade de mudar, de participar nas mudanças, é que brotarão as decisões que, tomadas em nível de coletividade, poderão se tornar efetivamente legítimas. Então, uma das contribuições possíveis da área para concretizar as políticas ambientais é dada precisamente por essa potencialidade que a área detém para inserir a dimensão das variáveis intangíveis, responsáveis pela atribuição de qualidade a um ambiente. A área mexe com aquilo que é valorizado internamente por uma comunidade, pelos valores que vêm “de dentro”, que estão encapsulados nas mentes das pessoas, mas que devem ser mantidos, preservados, transmitidos, já que constituem a essência da presença humana no ambiente. Não sei se seria apenas um *wishful thinking* meu mas diretrizes políticas extraídas de informações contextuais devem estimular a participação da comunidade na concretização dessas diretrizes. Os usuários, ao enxergarem seus próprios valores contextuais expressos nas políticas, saberão ser mais do que observadores passivos: serão *participantes*. Além disso, a própria percepção da qualidade de um ambiente pode ajudar a justificar as políticas voltadas à preservação da qualidade ambiental: aquilo que é percebido como conferindo qualidade ao ambiente, torna também clara a percepção de sua importância e da necessidade de sua conservação. E aproveito para já ir introduzindo um argumento que está na resposta à 2ª pergunta: também a política que precisa introduzir alterações no ambiente, quando instruída dentro de uma linguagem que emprega o léxico que domina naquele ambiente, terá maiores oportunidades de concretização.

As pesquisas tiveram uma boa repercussão pública, e foram bastante estudadas no âmbito acadêmico. Dez anos depois, voltamos a campo para repetir a pesquisa na mesma área, dentro da mesma metodologia, e pudemos acompanhar a concretização de alguns dos nossos objetivos.

A Psicologia Ambiental e a construção do futuro

De que forma o conhecimento da Psicologia Ambiental condiciona as possibilidades estratégicas de construção do futuro? O conhecimento da Psicologia Ambiental abre possibilidades para que a construção do futuro se dê de forma a acolher tanto a estabilidade como a diversidade, necessárias ao desenvolvimento do ambiente planetário do planeta.

Obviamente, esse raciocínio tem um forte viés de um arquiteto-planejador. Os arquitetos são contumazes alteradores do ambiente. Os arquitetos trabalham muito com alterações no ambiente, têm mesmo como objeto *projetar* as alterações ambientais. Em certos casos, ao serem incumbidos pela sociedade de projetar a ocupação de um território natural, como no caso de Brasília, os urbanistas poderão estar criando uma *nova paisagem* antropizada - exagerando um pouco, um *novo* ambiente. Então, para que as alterações ambientais projetadas pelos arquitetos ocorram de maneira pelo menos harmoniosa (ou pelo menos, pouco agressiva) é necessário que os planejadores conheçam os padrões (*patterns*) de comportamento que dão *forma* (que conformam) a um determinado ambiente urbano. E a Psicologia Ambiental viabiliza de maneira admirável o fornecimento desse tipo de informação.

Na construção do futuro, é preciso conhecer os padrões ambientais, para que no desenho do ambiente esses padrões possam ser mantidos, para que possam permanecer perceptíveis aos seres que povoam esse ambiente. E para que possam ser introduzidos novos padrões, mas que os novos padrões possam ser igualmente legíveis pela comunidade de usuários que passará a vivenciá-los.

As cidades acumulam elementos construídos em seu espaço sobre os quais se estabelece um mínimo de significados, que ingressam no sistema cognitivo dos moradores através de mecanismos da percepção. Com o passar do tempo se tornam, eventualmente, compartilhados por grupos de indivíduos. Na medida em que adquirem um mínimo de coletivização de seus significados, começam a se tornar referências para os cidadãos e passam a ser percebidos como elementos referenciais urbanos, permitindo aos mora-

dores se orientarem nas cidades e se familiarizarem com a paisagem urbana. Se sentirem pertencentes àque la paisagem - '*paysans*'.

É dentro desta lógica que os urbanistas podem desenvolver um *aprendizado* com o ambiente: observar o uso e a ocupação de um espaço faz entender os fenômenos que estão em pauta naquele ambiente e que explicam (ou ajudam a explicar) sua configuração, suas formas, sua morfologia. Com isto, é possível apontar para as alternativas de projeto mais adequadas para o planejamento da continuidade da vida naquele ambiente. E para a introdução de novas formas que estimulem o desenvolvimento da vida naquele ambiente.

Afinal, percepção, atitudes e valores, como observa Tuan,

preparam-nos, primeiramente, a compreender nós mesmos. Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos. (1980, p. 1)

Os trabalhos de Psicologia Ambiental, por extensão, podem levar uma sociedade a se conhecer para daí extrair lições de seu contexto, incorporar as eventuais atitudes benéficas e corrigir o que for possível. Precisamente a área de Percepção Ambiental é que vem trazendo excelentes oportunidades para incrementar a compreensão do habitat urbano, revelando as percepções interpessoais e intergrupais que os moradores guardam em suas mentes sobre atributos e elementos que compõem o ambiente construído. Finalmente, a percepção dos valores do ambiente, a percepção da falta de valores desse ambiente, a percepção da finitude de seus recursos - a percepção ambiental, enfim - podem nos educar e nos ensinar algumas estratégias que ajudem a conservar determinados valores presentes no ambiente e nos indicar caminhos que permitam fazer evoluir o desenvolvimento desse ambiente sem destruí-lo. Em outras palavras, acredito que a conjunção da Psicologia Ambiental com o Projeto urbano condiciona a construção do futuro porque pode nos ajudar a trazer soluções para conflitos ambientais e nos educar em como preservar o que garante a *estabilidade* do ambiente; e, ao mesmo tempo,

pode nos ensinar a admitir a introdução de *diversidade* nesse ambiente, para garantir a continuidade de seu processo de desenvolvimento de maneira sustentável.

Direções e desenvolvimentos da Psicologia Ambiental

A Psicologia Ambiental deve se desenvolver de modo a ser tornar mais pragmática e deve ser encorajada a operacionalização de constructos teóricos, como o de lugar.

*Quanto a se tornar mais pragmática*²

Basicamente, o que quero dizer com isto é que a Psicologia Ambiental deve tentar incrementar sua receptividade junto à opinião pública, inserir-se com maior ênfase nas ações públicas que envolvem planejamento. Mas, para isto, deve saber comunicar a que vem, para que serve, por que existe, divulgar como pode influenciar a vida humana no planeta. Meus trabalhos de pesquisa, quando os exponho por meio de palestras e conferências, indicam claramente que há um desconhecimento quase assustador em relação ao *porquê* do uso dos padrões revelados na percepção do ambiente em projetos urbanos. Por extensão, creio que a Psicologia Ambiental também deve se tornar mais conhecida, de modo a se transformar numa prática mais e mais aceita, até alcançar um ponto em que ingresse de verdade no campo das práticas ambientais - para que passe a atuar de forma pragmática, para que participe da *práxis* da sociedade contemporânea, do cotidiano da vida urbana.

Um caminho para isso, evidentemente, é uma maior ênfase na aproximação com profissões envolvidas na construção efetiva do ambiente e, é claro, aí eu puxo para a minha área de Arquitetura e Urbanismo em especial.

2 Novamente aí vai prevalecer a ótica do arquiteto, pois operar sobre constructos teóricos de modo a torná-los praticáveis pressupõe estreitar o fortalecimento de uma conexão entre o projeto da construção de materialidades, ou seja, a Arquitetura e Urbanismo e a Psicologia Ambiental.

Mas, de uma maneira geral, creio que um dos pontos fortes a sugerir seria o de incentivar que as pesquisas sejam centradas mais em ambientes reais, e menos em laboratórios. Que sejam de cunho mais qualitativo, sabendo acolher as manifestações fenomenológicas presentes no ambiente; e que não se deixem magnetizar pelo encantamento da informação exclusivamente quantitativa.

Quanto a operacionalizar conceitos

Uma direção importante para a Psicologia Ambiental será a de colaborar no desenvolvimento de conceitos que estejam relacionados ao âmbito dos paradigmas ambientais, enfocando esses conceitos de forma transdisciplinar, de modo a torná-los verdadeiramente aplicáveis em disciplinas correlatas. Um exemplo típico seria o da elaboração do conceito de *lugar*. Uma elaboração mais pragmática desse conceito poderia ser de muito maior valia para as disciplinas envolvidas na construção material de *lugares*, isto é, ajudaria concretamente no projeto de *lugar*, pois tornaria mais claramente assimilável o que vem a ser *lugar* (pelo menos para aquela sociedade para a qual se planeja), tornaria mais clara a definição de *lugar* (para os não iniciados, pelo menos). Ou o que está envolvido na construção do lugar.

Tenho uma crescente inquietação quanto ao *projeto de lugar* e a Dimensão III, escolhida como o tema do dia de hoje, e sua relação com *a construção do futuro*. Isto me intriga profundamente. E é sobre isto que estou voltando meus trabalhos de pesquisa atuais. Explico melhor:

O conceito de *lugar* está experimentando mudanças tão substanciais, particularmente nas últimas décadas do século XX, que uma revisitação aos seus preceitos básicos se torna mais do que necessária. A aplicação do conceito em projetos urbanos recentes leva inclusive a crer que sua aplicação no desenho das formas urbanas do século XXI dar-se-á de maneira tão diferenciada que se tornará necessário um melhor entendimento sobre o novo papel que poderá exercer na configuração da forma urbanística.

Lugar, conforme tradicionalmente o interpreta o Urbanismo, é um *espaço qualificado*, isto é, um espaço que se torna percebido pela população por conter significados profundos, representados por imagens referenciais fortes. Por isso mesmo, na gênese de *lugar* comparecem fatores físicos e psicológicos, que tanto têm a ver com o desenho da configuração morfológica urbana, quanto com o comportamento interativo adotado pelas pessoas na utilização dessas formas. Mas o que se está fazendo no Urbanismo hoje em dia, tem uma diferença. Existem duas maneiras de se contemplar o conceito de lugar: a do *placemaking* e a do *placemarketing*. E as duas são extremamente empregadas no Urbanismo contemporâneo, muitas vezes chamado de “urbanismo pós-moderno” e que, em algumas circunstâncias, eu particularmente chamo de “meta-urbanismo”. Ou, até, no que os norte-americanos estão privilegiando bastante em suas práticas atuais de desenho urbano - o que eles chamam de “*new urbanism*”.

Mas, de qualquer modo, é suficiente dizer que vejo uma nova frente de preocupações no campo das investigações urbanas porque vejo que pode haver uma conotação entre essas entradas (o *placemaking* e o *placemarketing*) e a *urbanidade*³ que pode delas decorrer. Aí é que está o ponto que me preocupa.

Todavia, quando são considerados os projetos de *placemaking* mais recentes, particularmente aqueles que se constróem na esfera do *placemarketing* - e isto é muito mais freqüente do que se possa imaginar -, o conceito de *lugar* pode ficar associado (para não dizer, desviado) à construção de imagens que rompem com a realidade contextual e, até mesmo, fantasiam-na. O urbanismo que se está fazendo hoje cria cenários. Cria imagens meta-reais. E esses cenários guardam pouca relação com a realidade que os circunda. Por isto uso a expressão *meta-urbanismo* para analisá-los. Sua difusão se dá no mundo globalizado inteiro, e é cada vez

3 Por *urbanidade*, entendo a qualidade que está vinculada à dinâmica das experiências existenciais conferidas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano; ou, se quiserem, a qualidade que o sistema de espaços públicos das cidades tende a oferecer a seus usuários pela capacidade de intercâmbio e de comunicação que eles contêm.

são se dá no mundo globalizado inteiro, e é cada vez mais comum encontrar-se pessoas vivendo em ambientes tematizados, como nas comunidades desenhadas de acordo com as linhas do *New Urbanism*, freqüentando parques temáticos, convivendo diariamente em *shopping malls* tematizados, e até integrando-se como atores dentro dos cenários historicizados em que se transformaram as velhas áreas centrais históricas, que foram devidamente re-urbanizadas, como produto do *placemarketing* urbano.

Às vezes, o projeto de lugar reforça ou reproduz uma imagem, que já é intensamente percebida naquela realidade; mas, na maior parte das vezes, introduz um cenário representando intencionalmente uma imagem fantasiosa. São cenários que remetem o usuário para fora do cotidiano de sua realidade e acabam por criar percepções ilusórias, geralmente designadas de modo a levar a um escapismo da realidade cotidiana. Ora, isto pode confundir e até interferir no desenvolvimento habitual dos processos perceptivos da população. Muitas vezes concebidos com o propósito de estimular percepções intencionalmente estabelecidas pelo projeto, esses cenários acabam por se transformar em *agentes de reações que ficcionalizam a realidade*: isto é, atuam de modo a transformar o real em fantasia.

E como será a *urbanidade* que irá se desenvolver nesses cenários?

É claro, então, que se há efetivamente um vínculo - como nós aqui acreditamos haver - entre ambiente e comportamento, entre o desenho do ambiente e a correspondente percepção que se tem sobre o ambiente desenhado, então aquela qualidade do ambiente construído de que falei antes - a *urbanidade* - vai ser influenciada pelas novas tendências.

E observar isto - estudar isto - é uma nova direção fundamental que se abre para nossa área, para a construção do futuro da nossa área, para a construção do futuro da sociedade - tanto em termos psicológicos como em termos de projeção do ambiente.

Castello, L. (2005). Environmental psychology and environmental policy: Strategies for the construction of the future. *Psicologia USP*, 16(1/2), 223-236.

Abstract: To the author, Environmental Psychology can contribute to the definition and concretization of an environmental policy, helping to establish contextualized objectives and stimulating community participation. The knowledge provided by it opens possibilities so that the construction of the future welcomes both stability and diversity. Environmental Psychology must develop in such a way that it becomes more pragmatic, and theoretical constructs like place must be encouraged.

Index terms: Environmental psychology. Environmental policy. Environmental planning. Architecture. Urbanization.

Castello, L. (2005). Psychologie de l'environnement et politique de l'environnement: strategies pour la construction du futur. *Psicologia USP*, 16(1/2), 223-236.

Résumé: Pour l'auteur, la Psychologie de l'Environnement peut contribuer à la définition et à la concrétisation d'une politique de l'environnement qui aide à émettre des objectifs contextualisés et stimule la participation communautaire. La connaissance fournie par celle-ci offre des possibilités pour que la construction du futur s'opère de façon à garantir la stabilité et permettre la diversité. La psychologie de l'environnement doit se développer de façon à devenir plus pragmatique et, donc, des constructions théoriques telles que celle d'un lieu doivent être encouragées.

Mots-clés: Psychologie de l'environnement. Politique de l'environnement. Planification de l'environnement. Architecture. Urbanisme.

Referência

Tuan, Y.-F. (1980). *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (Lívia de Oliveira, trad.). São Paulo: DIFEL. (Trabalho original publicado

Lineu Castello

em 1974: *Topophilia: A study of environmental perception, attitudes and values.*
Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.)

Recebido em 5.04.2004

Revisto e encaminhado em 23.02.2005

Aceito em: 7.03.2005